



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 1070

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes

25 de maio de 2018

No dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezoito, reuniram-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Extensão, Sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Sr. Pedro Leite; da Pró-reitoria de Ensino, Sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Sr. Luciano de Oliveira Toledo; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, Sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Planejamento, Sr. Marcelo Teboldi Machado; da Diretoria de Tecnologia da Informação, Sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria de Gestão de Pessoas, Sr. Wallace Cassaro; da Diretoria Executiva, Sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; da Diretoria de Administração e Orçamento, Sr. Cristiano Titó Melado; do *campus* Alegre, Sra. Maria Valdete Santos Tannure; do *campus* Barra de São Francisco, Sr. José Alexandre de Souza Gadioli; do *campus* Cachoeiro do Itapemirim, Sr. Edson Maciel Peixoto; do *campus* Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do *campus* Guarapari, Sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do *campus* Ibatiba, Sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do *campus* Itapina, Sr. Fábio Lyrio Santos; do *campus* Linhares, Sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do *campus* Montanha, Sr. André dos Santos Sampaio; do *campus* Nova Venécia, Sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do *campus* Piúma, Sr. Marcelo Fanttini Polese; do Polo de Inovação Vitória, Sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do *campus* Santa Teresa, Sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do *campus* São Mateus, Sr. Aloísio Ramos da Paixão; do *campus* Serra, José Geraldo Neves Orlandi; do *campus* Venda Nova do Imigrante, Sr. Aloísio Carnielli; do *campus* Viana, Sra. Edna dos Reis; do *campus* Vila Velha, Sr. Diemerson Saqueto; do *campus* Vitória, Sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apreciação processo 23147.005629/2017-33 – proposta de alteração na resolução 29/2013 – regulamento interno da CPA Ifes; 3. Apreciação do Regimento Interno do Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-graduação; 4. Informações Pró-reitoria de Ensino: a) Funcionamento dos *campi* e da reitoria nos jogos da copa do Mundo, b) Supressão do Parágrafo 1º do artigo 23 da Resolução 55/2017; 5. Análise da proposta de alteração da Resolução 25/2013 – uso de imóveis residenciais; 6. Apresentação do evento FEIRAGRÍCOLA - Feira Internacional de Inovação Agrícola e Pecuária; 7. Avaliação da proposta do Planejamento Estratégico – Prodi / DPLA.** O Presidente abre o **item 1** e relata que na próxima quarta-feira, dia 30/05/2018, às 13 horas, acontecerão as reuniões dos Colégios Eleitorais que definirão os representantes dos segmentos discentes, docentes e técnico-administrativos no Conselho Superior para o mandato 2018-2020. Destaca que as reuniões acontecerão em locais distintos, ou seja, Corpo discente, no *campus* Cariacica, onde será oferecido almoço a todos os discentes entre 11:30 e 12:30; Corpo docente, na Fábrica de Ideias, e Corpo técnico-administrativo, no Cefor. A dirigente Sandra questiona se os alunos

podem usar o carro oficial. O Dirigente Carnielli explica que a situação se assemelha aos representantes discentes eleitos para o Conselho Superior, acrescentando que há um vínculo, um respaldo vide sua eleição para o Colégio Eleitoral, por isso, há amparo legal tanto para transportar quanto para o pagamento de diárias, destacando que isso é uma prática recorrente no Ifes, e que até o presente momento não houve questionamento dos órgãos fiscalizadores. O Presidente concorda com a explanação do dirigente Carnielli destacando que, por se tratar de um processo eleitoral institucional, não há problema no transporte de alunos. O dirigente Carnielli destaca o trabalho realizado para que o Ifes recupere um assento no Conselho Regional de Engenharia, manifestando seu otimismo a respeito do pleito, e destaca que, a partir do desmembramento do CREA-ES (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e CAU-ES (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), verificou-se a possibilidade de maior representatividade dos técnicos agrícolas e também dos industriais. A dirigente Vanessa anuncia que a educação a distância no Ifes está passando por um processo de recredenciamento, destacando que é uma ação lenta, iniciada em 2015, e que agora, em 2018, atinge sua etapa final; por isso, acrescenta que é necessária a colaboração de muitos dos dirigentes que estão presentes, uma vez que haverá visita *in loco* e, por isso, a exigência de juntar toda a documentação da EaD, que não está apenas no Cefor, mas em todos os *campi* que são polos, para análise dos avaliadores. Reitera o pedido de ajuda, no sentido de que o diretor-geral cobre dos diretores e coordenadores toda a documentação, para que assim, a Instituição não seja prejudicada. Ao ser questionada sobre quando foram solicitadas as documentações pelo dirigente Marcelo Polese, a dirigente Vanessa esclarece que foram solicitadas há um ano, mas que serão novamente solicitadas, visto que houve alteração na legislação, explicando que as solicitações serão encaminhadas para o diretor-geral, e também para os diretores de ensino. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para o professor Célio Maioli que relata que, a partir das considerações do Colégio de Dirigentes, a proposta inicial foi reformulada, destacando os seguintes pontos: definição das unidades de avaliação, suas abrangências e adoção da nomenclatura núcleo CPA. Acrescenta que o número de membros da CPA será dobrado, destacando também o procedimento para vacância e substituição na comissão geral de avaliação. A dirigente Sandra questiona qual foi a forma para o processo eleitoral. O professor Célio responde que a intenção foi realizar uma eleição a partir de uma reunião entre os membros. Nesse caso, argumenta a dirigente Sandra, seria interessante destacar que o processo de eleição ocorrerá por meio de consulta aos pares. O dirigente Octávio destaca que a alteração de Núcleo CPA não é permitida pelo regimento interno. A servidora Edília esclarece que a alteração de nomenclatura visa facilitar o entendimento por parte da comunidade das atribuições da CPA. O dirigente Otávio destaca que o regimento dos *campi*, que foi aprovado no Conselho Superior, especifica que, nos *campi*, tem que ser comissão setorial de avaliação, e considerando que a CPA não é superior a esse regimento, conclui que essa alteração não pode ser realizada. O dirigente André acrescenta que para alterar o nome tem que alterar o regimento interno dos *campi* e também alterar o organograma. O dirigente Otávio esclarece que, enquanto caixinha do organograma, não se pode trocar o nome. O dirigente Carnielli sugere que a alteração seja vinculada à alteração do regimento interno. O dirigente Otávio declara que ao se modificar um regimento, deve-se verificar todo o impacto nos demais documentos institucionais. A dirigente Vanessa questiona a necessidade de se alterar o nome. O dirigente Célio relata que a CPA considera uma alteração importante. O Pró-Reitor Renato Tannure relata que os *campi* não podem constituir núcleo, destacando que um setor tem que estar vinculado a toda uma infraestrutura. O Colégio de Dirigentes recomenda que o nome não seja alterado. O dirigente Célio explica as atribuições do presidente e do secretário, detalhando a composição das comissões, a forma de eleição e os mandatos e eleição das comissões

setoriais. O dirigente André questiona a presença de um representante da sociedade civil organizada, destacando que é muito difícil para os *campi* conseguir essa representação. O professor Célio esclarece que o *campus* terá autonomia para definir a entidade a ser indicada, considerando o aspecto de regionalidade. O Presidente sugere que o membro da sociedade civil seja facultativo. O Colégio de Dirigentes aprecia favoravelmente a proposta de alteração do Regimento da CPA, recomendando que: 1) a eleição seja por meio de consulta aos seus pares; 2) a representação da sociedade civil seja facultativa; 3) mantenha-se, nos *campi*, o nome anterior, ou seja, Comissão Setorial de Avaliação. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para o diretor Pedro Leite, que relata que a proposta de criação do fórum nasceu de uma necessidade de institucionalização e representatividade dos diretores de pesquisa e pós-graduação. Acrescenta que as considerações do dirigente Hudson expostas na última reunião do Colégio de Dirigentes foram analisadas e o texto foi sendo submetido a uma revisão, colocando-se à disposição para os devidos esclarecimentos. O Pró-Reitor Renato Tannure destaca que a criação do Fórum viabiliza a reformulação do Cepe e das Câmaras. O diretor Pedro destaca que as resoluções das câmaras e subcâmaras estão em processo de revisão e adequação. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao Regimento Interno do Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-graduação. O dirigente Marcelo Polese, aproveitando a presença do diretor de pesquisa, relata que de acordo com as regras para o Dinter, o professor deve ser afastado por um ano e meio; no entanto, esses critérios não são contemplados pela CPPD. O diretor Pedro esclarece que toda vez que há um Dinter, deve haver a previsão de afastamento, explicando que a CSPPD e CPPD liberam o professor a partir da exigência de uma normativa do *campus* que regulamente o afastamento. Assim, acrescenta que cada *campus* faça sua regra, destacando que alguns *campi* não contemplaram alunos que estão em Minter ou Dinter e, por isso, caso estes não estejam na fila para afastamento, a CPPD vai impedir o afastamento. Relata que já foi decidido pelo Colégio de Dirigentes o percentual máximo de 20% de professores afastados, dos quais 10% seria administrado pelo *campus*, que posteriormente foi aumentado para 15%, destacando que ainda há 5% de margem para situações em que o momento do afastamento não coincida com a ordem do professor na fila, ou seja, quando ele não é o próximo a ser contemplado com o afastamento, cabendo, no entanto, ao *campus* solicitar o uso desse percentual à Reitoria. O dirigente Carnielli relata que em Venda Nova do Imigrante os programas institucionais não entram nessa fila, justificando essa regra pelo fato de que se o programa é institucional, todos os pares têm ciência da necessidade de afastamento, por isso, essa demanda não entra na fila de afastamento. A dirigente Maria Valdete esclarece que o termo de afastamento não é considerado para fins de aposentadoria, ou seja, o afastamento não é computado, além de ser um impeditivo para a aquisição da aposentadoria por meio da regra especial para docente, destacando que poucos conhecem a situação. A dirigente Sandra sugere que seria interessante um esclarecimento formal sobre a perda da regra especial de aposentadoria. O dirigente Edson declara que a DGP está elaborando um documento sobre o assunto. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para a Pró-Reitora Adriana que, após cumprimentar os presentes, relata que no final do ano passado a proposta de atendimento aos alunos com necessidades especiais foi aprovada e publicizada por meio da resolução CS nº 55/2107. Destaca que foi um trabalho longo, árduo, cuja tramitação contemplou diversos órgãos institucionais, sendo o tema amplamente discutido, acrescentando que, mesmo assim, há um problema que deve ser corrigido. Após a exposição inicial do problema, passa a palavra para a pedagoga Inês, que relata que não há motivo de preocupação para com a resolução, destacando que o único ponto conflituoso é o parágrafo 1º do artigo 23. Explica que esse artigo trata do aluno que se enquadra na terminalidade específica e que o parágrafo 1º vincula a terminalidade específica com a certificação intermediária, que é outro

conceito da educação profissional, concluindo que essa vinculação produz um conflito. Informa que ao verificar o problema, a Proen trabalhou junto ao Fonape e, em seguida, a questão foi apresentada ao Reitor, sugerindo como solução a supressão do respectivo parágrafo e esclarecendo que essa ação não trará qualquer prejuízo para a resolução. O dirigente Carnielli lembra que essa questão foi muito debatida, acrescentando que há uma razão para a existência desse parágrafo, justificando que há concepção institucional para isso visto que havia o entendimento, naquele momento, que seria uma medida benéfica para os alunos. A pedagoga Inês explica que mesmo dentro da certificação intermediária, essa vinculação foi a causa do equívoco. A dirigente Sandra relata um problema no que tange à questão do ensino de língua estrangeira para um aluno surdo e mudo do *campus* Linhares, visto que a língua é totalmente diferente para o brasileiro, acrescentando que, como complicador, a tradutora desconhece a língua americana de sinais. Desta forma, acrescenta que o aluno tem muitas dificuldades, agravadas pelo fato de ele não ser alfabetizado em português, e por isso solicita que a Proen analise a situação. A pedagoga Inês relata que essa é uma situação com a qual a Instituição deve aprender a lidar, visto que uma dificuldade não pode ser razão para se cometer outros erros, justificando que a reforma do ensino médio determinou que o inglês é disciplina obrigatória, por isso, a Instituição não pode retirar a oferta ao aluno, acrescentando que o espanhol permanece como optativa; no entanto, a Instituição é obrigada a oferecer o inglês. Assim, afirma que o aluno pode fazer espanhol e inglês, no entanto, não se pode substituir o inglês pelo espanhol, e conclui que essa questão do aluno de Linhares deve ser encaminhada para o Napne que, em parceria com o núcleo pedagógico, possa adaptar a metodologia às condições do aluno. Ao ser questionada pela dirigente Sandra sobre o que fazer se o aluno preferir ter aulas individuais com ela, a pedagoga Inês responde que essa ação não é a ideal; no entanto, nada impede a oferta de aulas específicas com o intuito de inseri-lo, posteriormente, na sala de aula. A Pró-Reitora Adriana relata que essa situação é muito complexa e que precisa de estudo por parte do Napne, visto que nenhum direito pode ser negado aos alunos. A dirigente Vanessa sugere que a oferta de uma disciplina a distância, ministrada por um professor com formação em inglês e libras, para que possa preparar alunos nessas condições. A pedagoga Inês concorda com a sugestão e acrescenta que essa disciplina, caso implementada, seja articulada com os intérpretes. Ao ser solicitada pela dirigente Sandra que essas informações sejam repassadas por e-mail, a Pró-Reitora Adriana pede que a Proen seja motivada formalmente. O dirigente Edson questiona quais são as tipologias para essas terminalidades. A pedagoga Inês responde que são elas estão relacionadas diretamente com os cursos oferecidos pela Instituição. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à supressão do Parágrafo 1º do artigo 23 da Resolução 55/2017. A Pró-Reitora Adriana relata que os diretores de ensino questionam se haverá interrupção do funcionamento dos *campi* em virtude da greve dos caminhoneiros, acrescentando que a Proen optou por não adotar nenhuma decisão institucional, e sim, analisar individualmente as situações que ocorrerem em função do movimento paradedista, aguardando o desenrolar do movimento para decidir sobre possíveis encaminhamentos. Divulga que, em função da greve dos caminhoneiros, a Proen decidiu estender o prazo de inscrição e de isenção dos processos seletivos. No que se refere ao Proeja, relata que uma equipe designada pelo Colégio de Dirigentes foi à Goiana para participar do evento nacional, ressaltando que a participação foi muito produtiva, e que um documento do Conif e Setec será elaborado, destacando que o grupo agora tem a missão de ampliar as discussões sobre Proeja no âmbito do Ifes, a fim de se criar uma ação institucional. Declara que o documento da mobilidade de técnico-administrativos, cuja tramitação estava prevista para o Colégio de Dirigentes, foi encaminhado ao Fórum de Diretores-Gerais, uma vez que os diretores de ensino, na reunião do Cepe, não se sentiram confortáveis o suficiente para aprová-lo sem o aval dos diretores-

gerais. Acrescenta que entrou em contato com o presidente do Fórum de Diretores-Gerais para incluir o item na pauta do colegiado, solicitando que as sugestões sejam encaminhadas à Proen. A dirigente Walkyria alerta que, se o documento de mobilidade dos técnico-administrativos for elaborado nos moldes da mobilidade docente, ficará inviável, visto que será uma normativa inflexível. O dirigente Carnielli, a partir da manifestação de alguns dirigentes sobre o não recebimento do texto, explica que o material foi disponibilizado para todos os Diretores-Gerais, esclarecendo que a quarta-feira passada foi estipulada como limite para o envio de sugestões, e enfatiza que não recebeu nenhuma contribuição. O dirigente Eglon sugere que esse assunto seja discutido nas reuniões do Fórum de Diretores-Gerais e os demais dirigentes acatam a sugestão. Sobre o funcionamento dos *campi* durante a Copa do Mundo, a Pró-Reitora Adriana considera prudente que a Instituição se posicione a respeito, destacando que o primeiro jogo será em um domingo, o segundo no dia 22 de junho, às 9 horas, sexta-feira; e o terceiro, no dia 27 de junho, quarta-feira, às 15 horas. A seguir, questiona se a Instituição adotará uma medida padrão ou cada *campus* terá autonomia para decidir a melhor forma de funcionamento. O dirigente Carnielli informa que cada *campus* tem ciência de suas particularidades, por isso, cada dirigente se responsabiliza pelo horário de funcionamento, enfatizando que, caso o Governo Federal decreta ponto facultativo, não há o que fazer, além de acatar a determinação. O dirigente Marcelo Polese destaca que os diretores de ensino queriam um posicionamento institucional, acrescentando que, quando o jogo acontece às nove da manhã, não há problema em liberar a parte da manhã, mas o problema é o que fazer quando o jogo for no período da tarde. O dirigente Eglon relata que o *campus* Ibatiba pretende criar, no horário dos jogos, um momento de integração entre servidores e alunos. O Colégio de Dirigentes recomenda que, caso não haja determinação do Governo Federal, cada *campus* seja responsável pela regulamentação de seu funcionamento durante os jogos do Brasil na Copa do Mundo. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o dirigente Fábio Lyrio, que explana que o assunto, a rigor, é de interesse apenas dos *campi* Itapina, Santa Teresa e Alegre, mas que é importante que o Colégio de Dirigentes tenha ciência das razões que justificam a proposta de alteração da resolução 25/2013. Informa que esses 3 *campi*, diferente dos demais, possuem imóveis residenciais que são utilizados por servidores, detalhando que o *campus* Alegre possui 11, o *campus* Itapina, 31, e o *campus* Santa Teresa, 48. Acrescenta que a ocupação desses imóveis é, mesmo com as normas da resolução 25/2013, de responsabilidade da Direção-Geral, enfatizando que as legislações sobre o assunto são antigas e pouco aplicáveis às situações em que se encontram esses imóveis no Ifes. Exemplifica que há um decreto de 1993 que regulamenta o uso desses imóveis do Distrito Federal, e uma lei de 1948, nas quais se basearam a resolução 25/2013. Assim, relata que, ao assumir a gestão do *campus* Itapina, soube de uma proposta de alteração da resolução 25/2013, e que, por desconhecimento de seu teor, solicitou um tempo para analisar o documento, e como resultado verificou que muitos pontos não foram contemplados, por isso foi elaborada uma segunda proposta que foi encaminhada ao Conselho Superior e, posteriormente, retirada de pauta, visto que o *campus* Alegre não concordou com o texto. A dirigente Maria Valdete relata que foi constituída uma comissão para tratar desse assunto, composta pelos diretores dos *campi* agrícola, dos quais apenas Alegre permanece com a mesma diretora. Esclarece que, apesar da designação, a comissão nunca se reuniu e, por isso, informa que não tinha ciência do documento que fora elaborado, e que ao ser encaminhada no Conselho Superior uma proposta diferente, que também desconhecia, não podia concordar. Informa que, embora o dirigente Fábio Lyrio explicasse algumas das propostas, por não ter conhecimento prévio, não era possível anuir com o texto, assim, acrescenta que os dirigentes dos *campi* envolvidos decidiram criar uma nova comissão para discutir o tema. A dirigente Walkyria relata que a resolução 25/2013 diverge das legislações federais,

exemplificando que o artigo 3º entra em contradição com o decreto de 1948 e que a questão de desempate entra em conflito com o decreto de 1993. Explica que a nova proposta insere a condição de que somente quem não possui imóvel no município pode pleitear o uso dos imóveis residenciais, demonstrando sua preocupação com a normativa atual. A dirigente Maria Valdete informa que no *campus* Alegre há residência para o Diretor-Geral e que as demais são de necessidades institucionais, ou seja, vigilância e assistência constante, esclarecendo que o *campus* Alegre, por possuir menor quantidade de imóveis residenciais, não tem todos os problemas que afetam os *campi* Itapina e Santa Teresa. O dirigente Fábio argumenta que a intenção é aprimorar a proposta atual, principalmente, no que tange aos critérios de desempate, uma vez que, sempre que há edital para o uso dos imóveis residenciais, os resultados são questionados a partir de recursos impetrados na Justiça. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à criação de uma nova comissão, composta pelos diretores dos *campi* Alegre, Santa Teresa e Itapina, e se possível, também por um especialista da área de direito. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o Pró-Reitor Luciano Toledo, que relata que no início de sua gestão na Prodi, foi estabelecido como primeiro trabalho a coordenação do relatório de gestão, trabalho este que foi bem-sucedido. Acrescenta que, simultaneamente, a equipe da Prodi iniciou os estudos sobre o planejamento estratégico, destacando que as tarefas vão muito além da questão de regulação e divulga que foram realizadas diversas reuniões cuja proposta era de estabelecer uma metodologia sobre o processo de planejamento estratégico e PDI. Agradece e enaltece o trabalho realizado pela Dplan, em especial aos servidores Marcelo Teboldi, Leandro, André e Guilherme, destacando também a colaboração efetiva dos professores Denio e Roquemar, além dos Diretores-Gerais e Pró-reitores. A seguir, passa a palavra para o diretor Marcelo Teboldi, que apresenta o conceito, o trabalho em construção, o escopo, os projetos ideais, enfatizando que a estratégia de se prosseguir com o planejamento estratégico não será uma imposição da Prodi e sim uma decisão conjunta dos dirigentes. Apresenta o processo PDI, cuja meta é subsidiar o planejamento de produtos entregáveis e a formação de cronograma de planejamento e acompanhamento – Project. Contextualiza o planejamento como processo gradativo, contínuo e espiral, visto que não é um novo planejamento e sim um novo ciclo. Expõe os conceitos, a estratégia utilizada no ciclo anterior, destacando que ela foi uma meta ambiciosa, mas que é muito difícil gerenciar tantos projetos, isto é, 250, e acrescenta que é possível analisar a situação por outro prisma, pelo qual no ciclo anterior tudo foi tratado como projeto. Por isso, nesse novo ciclo propõe-se a trabalhar com simplicidade, por meio de ferramentas que façam parte do cotidiano dos operadores, que são os dirigentes e suas equipes. Explica que o processo de planejar é chamado de PDI e o produto de cada PDI é o PDI em si; assim, ao propor o PDI como um todo, tem-se em mente o planejamento estratégico como o cerne, como o capítulo principal. Expõe as entregas do planejamento que são os mapas estratégicos e os planos de desdobramentos tático e operacional, isto é, as ações serão de planejar em 2018 e executar em 2019. Apresenta os pilares e métricas das propostas para o 2º semestre de 2018, destacando que haverá um período de 90 a 100 dias, que pode ser diminuído para 60 dias, a depender do progresso das atividades. Destaca que o investimento total será bem menor que o antecessor, por volta de 1/20 ou até 1/8 do custo do ciclo anterior, enfatizando que nessa etapa, o foco estará na elaboração de estratégia (formação de lideranças), carga no plano tático e operacional. Apresenta os produtos norteadores, ou seja, mapa de adensamentos vocacionais do Espírito Santo, resgate dos planos de investimentos futuros da economia capixaba, mapa de vulnerabilidade social, mapa de competências institucionais e *matching* de demanda e oferta, além do mapeamento e articulação de participantes externos, ou seja, o meio empresarial, os movimentos sociais e as entidades estratégicas. O Presidente destaca a importância de

se trabalhar com as lideranças, visto a necessidade de se formar e capacitar as lideranças da Instituição, enfatizando que a comunidade deve ter ciência que as ações do planejamento estratégico são atividades que dão prosseguimento a um processo que já fora iniciado. Destaca que, nessa etapa, haverá um enfoque na integração da Instituição com movimentos sociais, explicitando os momentos em que tais inter-relações podem ocorrer, e exemplifica o contexto da região de Montanha, em que há uma relação forte entre movimentos sociais, entes públicos e empresariado. O dirigente André exemplifica a necessidade de aproximação com os movimentos sociais, apresentando uma situação em que houve um problema de comunicação entre o Ifes e uma comunidade da região de Montanha por causa do distanciamento da linguagem local e a linguagem acadêmica. O diretor Marcelo Teboldi apresenta a visão do PDI e detalha as ações que precederam ao PDI, isto é: elaboração do projeto, ajustamento e pactuação com o Colégio de Dirigentes. Enfatiza que a equipe da Dplan ficará à disposição dos dirigentes, nas próximas duas semanas, para auxiliá-los e dirimir quaisquer dúvidas. O dirigente Diemerson sugere que a Prodi organize a agenda, sugestão aceita pelos demais dirigentes e que será realizada pela Dplan. O diretor Marcelo Teboldi expõe as ações para a próxima etapa do planejamento estratégico, exemplificando, minuciosamente, cada uma delas. Apresenta o *project* para aqueles não que não o conhecem e o curso de gestão estratégica, desenvolvimento de lideranças que será ministrado apenas para os dirigentes. O dirigente Orlandi parabeniza a ação e relata que o curso é muito benéfico e efetivo para a formação de lideranças. O dirigente Carnielli destaca que o problema é a entrega com a relação à base, acrescentando que essa situação está sendo analisada em Venda Nova do Imigrante. Explica que, em Venda Nova do Imigrante, está sendo definido o responsável pela divulgação das ações, possibilitando que todos tenham ciência das ações: etapas e demandas. Relata que, quando o servidor percebe no seu cotidiano, o que está acontecendo ele consegue visualizar e compreender as ações, enfatizando que, infelizmente, muitas delas acontecem e não são divulgadas. O dirigente José Orlandi destaca que o planejamento estratégico do Ifes é referência na Rede Federal, e relata sua participação em um curso em Brasília, em que levou esse documento para exemplificar uma situação e demonstra sua surpresa com o interesse dos demais institutos federais sobre o planejamento estratégico do Ifes. O dirigente Diemerson enaltece o trabalho realizado em conjunto dos dirigentes, e como essa nova postura de governança tem se refletido no Fórum de Diretores-gerais, pela qual se percebe claramente uma perspectiva de rede, destacando os trabalhos na construção da política orçamentária do *campus*, em parceria com a Prodi. Relata que o Fórum tem percebido sua função, ou seja, pensar coletivamente, que se traduz no modelo de comissões constituídas e na expansão dessas para outros Pró-Reitores. Relata que o nosso servidor, o aluno e a comunidade têm que ter ciência dessas ações, pois estes querem ler no PDI “vagas”, “servidores”, “títulos” e normatização de documentos. Destaca que muitas ações foram realizadas, mas que há muito a se fazer, enfatizando que se não houver um conjunto de resoluções que normatizem o nosso fazer técnico, o PDI estará fadado ao fracasso. O diretor Marcelo Teboldi destaca que todo o projeto prevê a participação e contribuição ativa dos Diretores-Gerais. O Presidente reitera a capacitação em liderança que será oferecida aos dirigentes, enfatizando o baixo valor e o número máximo de 40 participantes, e custeio sob responsabilidade da Reitoria. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a realização da capacitação de liderança a ser oferecida aos dirigentes. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para o Pró-reitor Renato Tannure, que apresenta a supervisora de eventos da Milanez-Milaneze, senhora Lúcia Nogueira Mourad, destacando que a empresa é referência na realização de eventos no estado do Espírito Santo, e divulga que o Ifes foi convidado para participar da Feiragrícola. Passa a palavra para a supervisora Lúcia que, ao cumprimentar os presentes, informa o objetivo de trazer uma

feira voltada para o setor agrícola, destacando que a empresa foi à Itália para buscar detalhes técnicos sobre a Feiragrícola, evento que é realizado desde 1898. Relata que o objetivo da feira é aumentar produtividade e também o lucro do setor agrícola estadual, a partir do enfoque na qualidade dos produtos. Divulga que o evento será realizado no período de 22 a 25 de agosto de 2018, no Pavilhão de Carapina, com a intenção de se tornar, em 3 anos, um evento de referência nacional para o setor; destaca que não haverá shows, visto que a feira é voltada exclusivamente para o público agro. A seguir, apresenta os parceiros e os patrocinadores, destacando a finalidade de trazer o maior número de marcas possíveis, e anunciando a presença de bancos, responsáveis por financiamentos, e o enfoque na agricultura familiar por meio da representação de insumos. Destaca todos os setores envolvidos na feira, que mesmo tendo como público-alvo, o setor agrícola, contempla outros da escala produtiva, divulgando a seguir, a programação paralela do evento. Relata que o Ifes, caso aceite o convite, poderá se responsabilizar pelo apoio técnico para a definição do conteúdo da feira, pela apresentação de *startups* que se aplicam ao agronegócio, pela coordenação dos conteúdos técnicos e pela participação de alunos nestes conteúdos. Destaca que haverá a presença de animais na feira e, por isso, o evento pode ser o destino de visitas técnicas; sugere a criação de um comitê para que organização e responsabilização de ações, enfatizando que, um dos desejos da Milanez-Milaneze, ao propor esse convite, é de que o conteúdo da Feiragrícola seja interessante para a comunidade do Ifes. Explica a atuação das mídias digitais da Milanez-Milaneze, a função da assessoria de imprensa e outras ações da empresa na divulgação de seus eventos. E finaliza sua apresentação, reforçando o convite institucional, além de convidar todos os presentes a participarem tanto do evento quanto da geração de conteúdo, enfatizando que a Feiragrícola será uma possibilidade única de visibilidade e divulgação institucional. O dirigente Gadioli informa que o *campus* Barra de São Francisco pretende levar para a Feiragrícola produtores rurais que participam de um programa de extensão do Ifes. O dirigente André pergunta se há alguma especificidade na área da alimentação, tal qual ocorre com a Tecnoagro, manifestando-se favorável a um local em que a alimentação seja oferecida de acordo com as especificidades geográficas. A supervisora Lúcia responde que a praça de alimentação está sendo avaliada pelo Sebrae, divulgando que o evento tem a intenção de valorizar a gastronomia estadual. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à participação do Ifes na Feiragrícola. O Presidente declara que a Política de Capacitação será analisada na próxima reunião do Conselho Superior e agradece imensamente aos diretores que receberam prazerosamente a reitoria itinerante. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.